



O TRABALHO NÃO PARA

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Praça Frei Joaquim Tebar Fernandes, Nº 001, Centro, Poconé-MT – CEP: 78.175-000
Contato (65) 3345-2878 e-mail: prefeitura@pocone.mt.gov.br

Ofício n. 350/PMP/GP/MT

Poconé-MT, 03 de junho de 2024.

Exmo. Sr. Presidente

Ver. ITAMAR LOURENÇO DA SILVA

Câmara Municipal de Poconé-MT

CÓPIA

Senhor Presidente,

Com os nossos cordiais cumprimentos, sirvo-me do presente para, respeitosamente, encaminhar a Vossa Excelência, as razões do Veto integral a Lei Municipal nº 2.273 de 14 de maio de 2024, conforme documento anexo.

Sem mais, nossas considerações de estima e apreço.

Atenciosamente,

ATAIL MARQUES DO AMARAL (Tatá Amaral)
Prefeito Municipal de Poconé

Câmara Municipal de Poconé/MT	
Protocolo n.º	<u>252 / 2024</u>
Data:	<u>03 / 06 / 2024</u>
	<u>12:07 hrs</u>



O TRABALHO NÃO PARA

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Praça Frei Joaquim Tebar Fernandes, Nº 001, Centro, Poconé-MT – CEP: 78.175-000
Contato (65) 3345-2878 e-mail: prefeitura@pocone.mt.gov.br

JUSTIFICATIVA DO VETO INTEGRAL
LEI MUNICIPAL Nº 2.273 DE 14 DE MAIO DE 2024

Exmo. Sr. Presidente
Ver. ITAMAR LOURENÇO DA SILVA

Senhor Presidente, Ilustríssimos (as) Senhores (as) Vereadores (as),

VETO INTEGRAL DO AUTOGRAFO DE LEI Nº 2.273 DE 14 DE MAIO DE 2024.

RAZÕES DE VETO INTEGRAL

O Chefe do Poder Executivo Municipal, no exercício de sua competência legalmente prevista na Lei Orgânica Municipal, comunica Vossa Excelência que decidiu vetar integralmente o Autógrafo de Lei nº. 2.273/2024, que “que dispõe sobre isenção de pagamento de I.P.T.U a aposentados e pensionistas, no município de Poconé-MT”, aprovado por esse Poder Legislativo.

Isso porque, tal proposta contraria lições contidas na Lei nº. 9.504/1997, *in verbis*:

“Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

§ 10. No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da administração pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa”. (gn)

Nesse sentido, aliás, posiciona-se a jurisprudência:

“PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO – RECURSO DE APELAÇÃO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE –



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

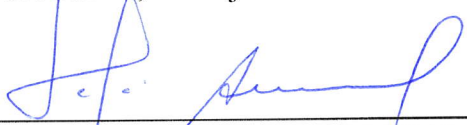
Praça Frei Joaquim Tebar Fernandes, Nº 001, Centro, Poconé-MT – CEP: 78.175-000
Contato (65) 3345-2878 e-mail: prefeitura@pocone.mt.gov.br

O TRABALHO NÃO PARA

EXISTÊNCIA DE ELEMENTOS SUFICIENTES À FORMAÇÃO DA CONVICÇÃO DO JULGADOR – INEXISTÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA – PREFEITO MUNICIPAL – CANDIDATO À REELEIÇÃO – EDIÇÃO E SANÇÃO DE ATO NORMATIVO SOBRE PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL E CONCESSÃO DE PRAZO DE INCENTIVOS À ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS EM PERÍODO PROIBIDO – ANO DE ELEIÇÃO – CONDUTA VEDADA – VIOLAÇÃO AO ARTIGO 73, §10, DA LEI N. 9.504/1997 – SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS – NÃO-CONFIGURAÇÃO – ATO ÍMPROBO – VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – CONFIGURADO – PENALIDADES – PERDA DE FUNÇÃO PÚBLICA E MULTA CIVIL – RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE – OBSERVÂNCIA – RECURSO DESPROVIDO. Não há cerceamento de defesa, quando o magistrado considera que as provas contidas nos autos são suficientes para o julgamento da lide, conquanto, ao juiz, como destinatário das provas, compete indeferir a produção daquelas que entender inúteis ou desnecessárias. A teor do disposto no artigo 73, §10, da Lei n. 9.504/1997, é vedada à Administração Pública, em ano de eleição, a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior. No caso concreto, as penalidades de perda da função pública e de pagamento de multa civil, no valor correspondente a 10 (dez) vezes o da remuneração do agente, por atenderem ao comando do parágrafo único do artigo 12, da Lei n. 8.429/1992, devem ser mantidas”. (N.U 0000101-59.2017.8.11.0034, , MÁRCIO VIDAL, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 04/06/2018, Publicado no DJE 21/06/2018)”. (gn)

Essas, Senhor Presidente, são as razões que o levaram a vetar o Autógrafo de Lei nº. 2.273/2024, as quais são submetidas à apreciação dos membros dessa casa de Lei.

Poconé/MT, 03 de junho de 2024.



ATAIL MARQUES DO AMARAL
Prefeito Municipal de Poconé